

RESENHAS
REVIEWS

Dulce C.A. WHITAKER*

BRANDÃO, C.R. — *Casa de escola: cultura camponesa e educação rural*. Campinas, Papyrus, 1983.
248p.

Trabalhar com educação significa hoje viver entre as denúncias que revelam a escola como instância onde se reproduzem as desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que se busca, nessa mesma escola, o espaço das contradições, no qual se possam vislumbrar os instrumentos da superação dessas mesmas desigualdades.

Para os cientistas sociais as pesquisas sobre educação são focos de angústias e inquietações. Enquanto alguns estudiosos, como Philippe Ariès, encontram na origem da escolarização da sociedade a necessidade de segregar a infância e a adolescência, para submetê-las a um sistema autoritário, outros como Louis Malassi, por exemplo, chamam atenção para o fato de que a educação é cada vez mais reconhecida como um direito fundamental do ser humano, domesticadora ou não, é cada vez mais reivindicada pelo próprio oprimido, que vê nela o instrumento para defender-se da mesma dominação da qual ela se faz igualmente instrumento.

Diante desse quadro de teorias, doutrinas e avaliações contraditórias, o livro do Prof. Carlos R. Brandão é um verdadeiro bálsamo.

A visão antropológica da educação revela suas inúmeras possibilidades. Analisar o processo educativo — como se faz em Casa de Escola, onde ele existe com toda força, apesar da ausência do poder

público, apesar da “desobrigação” do Estado em chegar lá com seus aparatos educativos, apesar de todas as carências materiais e técnicas, nos faz lembrar esta coisa tão simples hoje quase esquecida: o fato de que educação é processo de socialização e como tal existe antes da escola e independente dela. Aliás, o que sobressai mesmo é a impotência da escola em condições de exploração.

De fato, o momento exemplar do seu livro é aquele em que, avaliando a situação dos índios mixtecos e dos camponeses do México, que recebem, no alto da serra, uma escoridade mais extensa do que qualquer camponês brasileiro de beira de cidade, o autor percebe que, nem por isso são menos explorador do que nossos oprimidos menos escolarizados. “Não lhes podendo devolver direitos, o Estado (Mexicano) os inunda de educação, que é um modo de fazê-lo aprender desde a infância a conviver com o mundo desigual do “homem educado”.

Mas existem alternativas para a Educação. O Prof. Brandão nos mostra tais alternativas e os obstáculos que as neutralizam, através de quatro textos “educativos” que relatam pesquisas em diferentes regiões do Brasil Rural. Em cada uma delas, as possibilidades “perdidas” de uma educação em que se nega o próprio processo que se pretende apoiar.

* Departamento de Sociologia — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14800 — Araraquara — SP.

No primeiro deles — Os mestres da Folga e da Folia — a cultura de resistência que conhecemos como catolicismo popular, seus — mestres — e suas práticas “pedagógicas” e as sobrevivências de um tempo em que teatro, dança e música faziam parte do cotidiano. Desse tempo, anterior à racionalização do trabalho pelo capitalismo industrial triunfante, também nos fala Áries em sua *História Social da criança e da família*.

O caráter “ditático” da dança e da música, que métodos pedagógicos modernos aconselham até como novidade — e que nossos professores burocratizados e sobrecarregados não têm tempo de por em prática — se constituem e reconstituem nas tradições do povo onde ele resiste. E é preciso ressaltar aqui que a idéia de resistência pouco tem a ver com o conceito político de conservantismo, já que o conservador é justamente aquele que se atualiza para conservar.

Mas como se dançava no catolicismo da colonização. O aburguesamento da Igreja expulsou dos seus espaços tais práticas, mas o antropólogo vai buscar-lhe o caráter pedagógico em toda parte onde ele seja praticado — do Litoral Norte do Interior de Goiás. A complexidade, por exemplo, da organização e funcionamento de uma companhia de Santos Reis, nos revela, para além do mundo da festa — “ruptura da rotina da vida cotidiana” — o “saber” que cultivam aqueles que estudam piedosamente o ritual, a partir do qual surgem inclusive os controles espontâneos que garantem a permanência e o desenvolvimento da sociabilidade dentro da “ruptura”. Mas nem se pensa que tal “saber” por se tornar poder (forma de controle) seja algo arbitrário como se poderia pensar a partir de nossas experiências educacionais burocratizadas. O mestre, conhecedor dos segredos de um verdadeiro sacerdócio “comanda porque sabe obedecer, melhor do que todos, o código do rito, a que se submete com mais ri-

gor do que os seus seguidores” É um estudioso ali onde se pensa que não existe o ensino. Sobre esse poder deveríamos meditar todos os que, mesmo sem o reconhecer, possuímos uma parcela de poder em nossa sociedade: professores, médicos, cientistas, e mais do que todos nós, os políticos.

Pelas páginas deste primeiro texto desfilam mestres embaixadores, contra-mestres, alferes de bandeiras, o gerente, foliões é devotos de todos os tipos. Mas não nos deixemos entusiasmar apenas pelo caráter festivo desses personagens, por que estão todos imbuídos de um “saber” que significa “trabalho”. Aqui, aprender e trabalhar são sinônimos porque aprender é processo ativo, motivado”. Ah! o estudo motivado, sonho de todos os especialistas em metodologia do ensino que nos cursos de formação de professores preconizam o milagre. É irônico que tal milagre exista, mas fora da escola, no trabalho de um mestre que aprende e ensina.

O texto é denso. Nele se casam admiravelmente a erudição do professor e o humanismo do antropólogo. Respeito e admiração pelo seu objeto de estudo, que acima de tudo são sujeitos do seu saber, eis a marca principal das suas interpretações. Talvez por isso falte no seu texto uma denúncia mais contundente dos compromissos históricos que levaram a Igreja oficial a expulsar esses rituais do seu interior, bem como uma análise crítica da marginalização da mulher nesses ritos, o que apenas constata, em alguns momentos, segundo observou, a mulher pode ser a proprietária de uma Companhia (que, tal como as nossas empresárias, herda, em geral, pela morte do pai ou do marido) mas nunca desempenha os papéis rituais importantes da Folia. Muito pelo contrário, o aprofundamento do mestre (sempre homem), em todos os aspectos do rito e da doutrina é algo que se procura com todo empenho porque pode ocorrer que se precise usá-los com toda força do “sa-

ber” para enfrentar os malefícios da feitiçaria e da magia, que desafinam violas e cortam a voz do mestre. Ora, tais artes malélicas aparecem nos depoimentos dos mestres como praticadas por mulheres. Claro, este seria um tema para novas pesquisas. Mas, se conforme a teoria antropológica, tais significações fazem parte de um universo simbólico que se compõe de explicações legitimadoras da ordem institucional como um todo, e baseando-se em corpos de tradição teórica, são capazes de integrar amplas zonas de significados diferentes, talvez as moças e mulheres não se sintam mal no papel simbólico que a tradição lhes reservou e que implica também numa forma de poder.

O que importa neste texto é ressaltar o papel do folião como elo das inúmeras cadeias de trabalho coletivo que recriam a devoção e estabelecem o sistema de trocas através do qual circula a cultura porque entre si eles “se ensinam e aprendem”. Quem de nós, professores em geral, poderia afirmar que tais sistemas de aprender e ensinar ocorrem em nossa prática pedagógica?

Dirão alguns que a Divisão do Trabalho e a racionalidade da moderna sociedade industrial tornaram impossível uma educação que não seja a disciplina e o controle do futuro trabalhador da fábrica ou do escritório. E para que então estudar outras práticas? Só para nos frustrarmos com o seu desaparecimento? Ou seria lícito pensar numa ordem social mais rica de valores humanos onde as lições dos mestres da folga pudessem ser recuperadas? E que notáveis lições!

No segundo texto temos anotações de viagens sobre escolas e comunidades dos rios da Amazônia. Ao contrário das análises de pedagogos, que em geral registram as deficiências do professor leigo e ineficácia do sistema escolar, o autor procura aprender tais professores nas suas ambigüidades. Não que ele negue ineficácia da escola rural cujo balanço é de domínio

público. Esse fenômeno emerge naturalmente, mas sobre ele não se detém o antropólogo. O que ele busca é explicar e apreender seres humanos e suas motivações: afinal realizam um trabalho sem ter a profissão. Aliás, tendo outras profissões — “lavrador, pescador diarista, trabalhador braçal”.

E aí o antropólogo desvenda o espaço social em que tal ambigüidade se realiza e descobre nele a resistência do camponês que incorpora a escola, lutando por ela, mas percebe nela uma agência de dominação. É um espaço onde se pode sentir o contraponto entre o domínio da cultura externa (a cidade, “eles”, os políticos, as autoridades educacionais, o médico, o agrônomo etc.) e o domínio da cultura interna (a vila, “nós”, parentes e vizinhos, rezadores e artesãos). A estes espaços se justapõe e se integra o mundo do trabalho (-o homem e suas relações com a natureza, o rio, o mandiocal e o guaranazal que são também o lugar do “nós”). E, finalmente, para além da mata, o mundo das trocas com a natureza (a coleta, os bichos) também “eles”, porque é hostil, por ser o não-dominado.

Tais espaços formam linhas que ora se encontram ora se opõem, como as quatro vozes de uma Fuga de Bach. E aqui é de se perguntar. Quando os programas educacionais levarão em conta esses espaços, suas necessidades e contradições? Pode um processo educacional penetrar tão profundamente uma comunidade sem desvendar-lhe a dominação? Que desdobramentos traria tal pedagogia antropológica?

Veja-se, por exemplo, a análise que o autor faz da cada vez maior subordinação do trabalho do guaranazal ao grande capital. O processo de subordinação formal é ainda transição, mas de repente o antropólogo é o profeta visualizando os tempos em que barcos de “turmeiros” percorrerão os rios comandando “bóias-frias” enquanto os discursos do poder falarão em

progresso. Diante de tais processos, que escola pode assumir alternativas? Basta que se veja o que se anda a fazer por aí com o método Paulo Freire.

No terceiro texto, o Prof. Brandão aprofunda a análise da “visão dos vencidos”. Tomando a fala do lavrador de um pequeno município de Mato Grosso Goiano reconstrói a História na sua perspectiva: a ambigüidade das avaliações entre o “antigamente” e o “hoje”; a coerção e o autoritarismo de ontem, quando, no entanto, havia fartura e solidariedade, substituídos pela exploração que aprofunda o autoritarismo. Na sua fala, o subalterno que valoriza os “direitos” de hoje, substitutos da coerção de outrora, acaba descobrindo que alguns aumentaram “injusta e opressivamente” seus direitos.

O avanço do “progresso” que nada mais é do que o avanço do Capital, aparece claramente na fala dos explorados que descrevem a expropriação dos pequenos proprietários e a expulsão dos trabalhadores que migram para a cidade — agregados, parceiros, meeiros. Mas lá permanecem lavradores e seu destino é o trabalho volante. Com tal evolução histórica que papel positivo pode desempenhar a escola enquanto instituição oficial? Este é o tema do quarto e último texto, onde o autor relata uma pesquisa através da qual se procurou captar o que pensam lavradores e migrantes do rural urbano sobre “a educação dos seus filhos, a mesma que eles próprios nunca tiveram ou que viveram aos pedaços por um ano, dois, ou três”.

As ambigüidades das avaliações são a constante: entre aspirações subjetivas e possibilidades objetivas (o sonho e a realidade), a escola rural aparece como um caminho para fugir às condições cruéis da exploração do trabalho rural. As contradições são muitas e levam melancolicamente o autor a um balanço final negativo.

Contrasta a euforia dos depoimentos dos mestres da folia do primeiro texto

com o desencanto das conclusões do estudo final: “A rigor não existe educação rural; existem fragmentos da educação escolar urbana introduzidos no mundo rural”. É do poder da cidade que emanam tais fragmentos. Observa então o autor que as famílias desses trabalhadores não querem da escola uma educação rural. Querem que a escola lhes transmita os instrumentos do poder dominante que permita outros horizontes a seus filhos: ler, escrever, contar... Isto é a totalidade do ensino que esperam trabalhadores que “estudam e vivem na escola uma outra forma de trabalho”.

E enfim sua conclusão sobre a escola rural “a escola é um lugar triste” onde, aparentemente livre do trabalho, a criança se entrega a um outro trabalho também penoso, que é o de reproduzir um conhecimento desvinculado da sua realidade.

Faltou ao autor nesse momento reafirmar que não precisa ser assim. Basta que se veja a fé que anima seu primeiro texto. Para que não se termine a leitura com esse vazio final, cumpre recomeçar, ao final, a leitura, para “beber” no texto inicial as possibilidades da educação.

Casa da Escola sugere inúmeras linhas de pesquisa, não só em relação à educação rural, como em relação a toda educação que se “outorga” a todos os tipos de oprimidos.

Gostaria de acrescentar ainda um último comentário. Torna-se cada vez mais comum “descobrir” que os trabalhadores querem aprender a ler, escrever e fazer as quatro operações. Mas na realidade, quem, em sã consciência, aconselharia uma escola que não ensinasse tais coisas? Por mais profissionalizante que seja um ensino, tais técnicas estarão lá através das disciplinas obrigatórias com seus conteúdos universais em termos de cultura. O que se necessita não são propriamente currículos, mas uma metodologia de ensino que permita as trocas do aprender e ensinar a partir da cultura, tal como propõe

Paulo Freire. O que não se pode pôr de lado é que tais métodos exigiriam formação em ciências humanas e mais um espaço de transformação política inexistente. Mas isso não impede que alguns consigam realizar tais proezas pedagógicas. E para conhecê-las, *Casa da Escola* é livro fundamental.